



REQUERIMENTO Nº , DE 2013

(do Sr. NELSON PELLEGRINO)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a avaliar a estrutura e o funcionamento da defesa cibernética do Brasil, suas vulnerabilidades e desafios à segurança digital e aos interesses do país.

JUSTIFICATIVA

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a avaliar a estrutura e o funcionamento da defesa cibernética do Brasil, suas vulnerabilidades e desafios à segurança digital e aos interesses do país, com a participação dos seguintes convidados: i) o **Gal. Divisão José Carlos dos Santos**, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Comando do Exército; ii) **Otávio Carlos Cunha da Silva**, Diretor do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações da Agência Brasileira de Inteligência; iii) **Thiago Tavares Nunes de Oliveira**, Diretor da SaferNet Brasil, organização não-governamental responsável pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos e iv) **Salvador Raza**, Diretor do Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança.

Com efeito, as revelações sobre o monitoramento sistemático por agências norte-americanas das comunicações digitais e telefônicas das principais autoridades do Brasil, de empresas como a Petrobrás e de cidadãos, expôs a fragilidade de nossas defesas no campo cibernético.

Na realidade o tema não é novo. A intrusão nas redes de computadores para captação ilícita de informações com valor estratégico tem sido uma constante, com objetivos econômicos, militares e políticos. O problema tende a aumentar paralelamente ao avanço vertiginoso das tecnologias no campo da informática.

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional tem abordado o tema, mas sem a centralidade que se faz necessária neste momento.

Dois requerimentos de informações de iniciativa do Deputado Eduardo Azeredo, já aprovados por este Colegiado, foram encaminhados aos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, indagando sobre a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre o Cibercrime e eventuais providências na área da segurança digital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

A segurança cibernética e a proteção do chamado ciberespaço são fundamentais para a defesa. Apesar da relevância desse aspecto, o Brasil conta tão somente com um incipiente Centro de Defesa Cibernética, no âmbito do Exército, enquanto a Polícia Federal dispõe de um departamento voltado à repressão dos chamados cibercrimes.

A espionagem e a “guerra cibernética”, na qual a confrontação se dá por meios eletrônicos e digitais, não é mais um tema restrito à ficção. É uma realidade para a qual temos de estar preparados, sob pena de ter informações sigilosas subtraídas por meio da espionagem para uso indevido.

Risco ainda pior decorrente da ausência de proteção é o perigo de sabotagens tendo como alvos potenciais as chamadas infraestruturas críticas, como redes de energia elétrica, gás e água, os transportes públicos, as transações financeiras, a produção industrial, a diversidade biológica e a produção de alimentos.

Tendo em vista a importância estratégica da segurança e da defesa cibernética, evidenciada pelo avanço das tecnologias da informática e internet, bem como do uso desenfreado da espionagem, cabe ao Legislativo debater, com autoridades da Defesa e especialistas no tema, sobre essa estrutura essencial à Defesa do País. Assim, este colegiado poderá contribuir no aperfeiçoamento e capacitação de nossas Forças para os desafios colocados no cenário internacional.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2013.

Deputado **NELSON PELLEGRINO**
PT/BA